

---

## **Civilização e barbárie, segundo Júlio Dinis e Fialho de Almeida**

*Civilization and barbarism, according to Júlio Dinis and Fialho de Almeida*

Elisabeth Martini

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

### **DOI**

<https://doi.org/10.37508/rcl.2022.n47a479>

### **RESUMO**

Diante da verdadeira revolução que os avanços da tecnologia ocasionaram em todos os campos de conhecimento, notadamente a partir da segunda metade do século XIX, a literatura canalizou as esperanças e as angústias que palpitavam na sociedade lusa, em virtude do transbordamento do pensamento científico, oferecendo vislumbres de modernidade que ecoam até os nossos dias. Médicos de formação, Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871) – eternizado pelo pseudônimo Júlio Dinis – e José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911) investiram no jornalismo e no fazer literário, oferecendo contrapontos entre civilização e barbárie em sua prosa ficcional, que proponho desvelar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Júlio Dinis; Fialho de Almeida; Medicina; Literatura Portuguesa; Oitocentos.

**ABSTRACT**

Faced with the true revolution that the advances in technology caused in all fields of knowledge, especially from the second half of the nineteenth century, literature channeled the hopes and anxieties that palpitated in Portuguese society, due to the overflow of scientific thought, offering glimpses of modernity that echo to our days. Trained doctors, Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871) - eternally known by the pseudonym Júlio Dinis - and José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911) invested in journalism and literary writing, offering counterpoints between civilization and barbarism in their fiction, which I propose to unveil.

**KEYWORDS:** Júlio Dinis; Fialho de Almeida; Medicine; Portuguese Literature; Oitocentos.

A literatura não tem a pretensão de curar as dores do mundo; mas certamente ilumina caminhos. Não nos consola nem serve de lição para nada; porém, por meio das histórias, nos deparamos com dramas e tragédias que também são os nossos e, assim, nesse exercício de empatia, nos tornamos mais humanos. (Luiz Ruffato).

Em meados do século XIX, o cientificismo ganhou corpo, produzindo efeitos práticos na vida cotidiana, e o fascínio das descobertas transbordou para o campo da ficção. Ancorada em novos saberes – a Física, a Química, a Biologia à frente –, a disseminação de conhecimento recrudescer diante da verdadeira revolução tecnológica dos impressos, o que implicou a explosão de periódicos e a pronta repercussão junto ao fazer literário.

No entanto, com o avanço do pensamento científico, a literatura e a filosofia perderam o lugar cimeiro para a compreensão do mundo e suas idiossincrasias. Nesse contexto, Júlio Dinis e José Valentim Fialho de Almeida mostrar-se-iam atores preciosos, por plasmarem reflexões que, se por um lado, eram consoantes com o discurso higienista e positivista em voga, por outro, colocavam-no em xeque.

Joaquim Guilherme Gomes Coelho (1839-1871) começou a escrever ainda muito jovem, como teatrólogo, quando estudante da Escola Politécnica do Porto. Publicou também na prestigiosa revista portuense *A Grinalda* (1855-1859), colhendo louros como poeta. Com o pseudônimo de Diana de Aveleda, passou a veicular artigos sobre educação na imprensa periódica local, enquanto avançava na carreira que também fora a de seu pai: a Medicina. Com 22 anos, formou-se pela Escola Médico Cirúrgica do Porto, com um estudo acurado sobre os efeitos do clima no organismo humano, com questionamentos que se mostrariam intimamente implicados com o seu percurso pessoal e o de sua família. Aos 26 anos, chegou ao cargo de demonstrador e, aos 28, ascendeu a professor na mesma escola onde iniciara os estudos clínicos.

No entanto, apesar da carreira como médico deslanchar a contento, Joaquim Guilherme foi forçado a se afastar para cuidar da própria saúde. A tuberculose, diagnosticada quando adolescente, viria a consumi-lo, como vitimados foram a mãe e os irmãos pela mesma doença. O quadro desalentador para os portadores de doenças respiratórias e infecciosas, à época, recomendava tratamentos paliativos, calcados na alimentação reforçada e na permanência em regiões de clima mais ameno, o que levou o escritor a passar longas estadias em Ovar.

A tragédia que se abateu sobre Gomes Coelho, por outro lado, permitiu-lhe adensar o senso de observação, predispondo-o à produção ficcional. A publicação de quatro romances basilares, com a assinatura de Júlio Dinis, entre 1866 e 1871, viria a torná-lo célebre: *As pupilas do senhor reitor* (1867), *A morgadinha dos canaviais* (1868), *Uma família inglesa* (1868) e *Os fidalgos da casa mourisca* (1871), este último publicado postumamente.

A narrativa dinisiana – envolvente, **dúctil** e inovadora – caiu no gosto popular, haja vista a pronta aceitação do folhetim *As pupilas*

*do senhor reitor*, veiculado pelo *Jornal do Porto*, em 1866. O sucesso avassalador precipitou a saída da primeira edição da obra, em 1867, tornando, assim, as moçoilas Margarida e Clara mais próximas dos leitores.

Apesar de as pupilas do título figurarem como protagonistas, quem primeiro assoma à cena é o personagem Daniel das Dornas. O rapaz seria votado pela família à vida eclesiástica, não fosse o encantamento pela menina Margarida, ainda na adolescência.

Constatada a pouca ou nenhuma vocação para o sacerdócio, Daniel foi enviado à cidade grande, para aprofundar os estudos. No retorno à casa paterna, passados alguns anos, aparentava não mais guardar recordações da sua primeira paixão. Margarida, no entanto, não deixara em nenhum momento de amá-lo. Com esse argumento, o autor engendrou uma narrativa onde descortinava aspectos ora pitorescos, ora comoventes do cotidiano nas aldeias.

O retorno do médico recém-formado causou frêmitos na pacata aldeia. A conversa entre João Semana, médico da província, e Daniel, recém-formado e cidadão, demonstra que o aperfeiçoamento dos diagnósticos passava a coexistir com as práticas tradicionais:

As exaltadas crenças teóricas de Daniel e a casuística inflexível e fria do velho prático acharam-se em conflito. (...) Daniel falou de mil assuntos: nos aperfeiçoamentos da análise médica, no microscópio, na eletricidade, na química, na anatomia patológica, com um ardor de proselitismo, próprio da idade; chegou a persuadir-se que a sua eloquência conseguiria, enfim, vencer o indiferentismo teórico do clínico. Recebeu, portanto, uma impressão desagradável, quando, ao terminar um bem elaborado período em honra da ciência moderna, obteve em resposta a frase do costume:

– Isso tudo é muito bonito, mas você para cá virá, você para cá virá e então falaremos. (DINIS, s.d., p. 64-65).

Além do fosso entre a teoria e a prática, observa-se o trânsito, nem sempre pacífico, entre o campo e a cidade, o novo e o antigo. A linguagem científica e a apresentação de dados sofriam alterações substantivas. O fenômeno maior ocorreria em médio prazo, deixando entrever um novo *modus operandi* apropriado por outras formas de discurso, dentre os quais, o ficcional. Membro da comunidade médica local, Gomes Coelho estava a par das descobertas que tomavam vulto notadamente em Inglaterra e França. Os conceitos evolucionistas entravam na pauta do dia e do texto, como é possível perceber no hilariante diálogo travado entre José das Dornas, pai de Daniel, e o tendeiro João da Esquina:

– Mas o Sr. João admira-se? E então se eu lhe disser que ele provou também que um homem é a mesma coisa que um macaco?

João da Esquina fechou com impetuosidade o livro dos assentos:

– Irra! Está a caçoar comigo, Sr. José? Ele lá podia dizer semelhante coisa!

– Pergunte-o ao Sr. Reitor, que assim o explicou; pergunte se você não acredita.

– Eu não, pois... Macaco! Então eu sou macaco? Então vossemecê é macaco? Então ele é macaco? Então nós somos... Ora, isso não pode ser.

– Você, Sr. João, cuida que eles entendem as coisas assim como nós. Isso lá tem outro sentido.

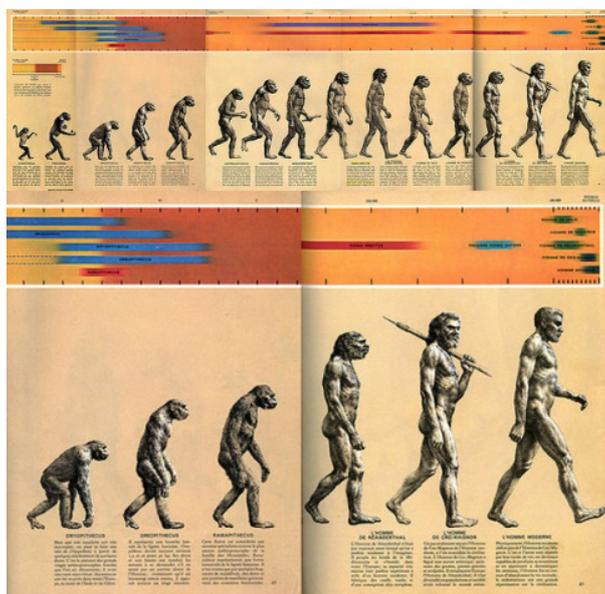
– Outro sentido! Que diabo de sentido há de ter? Todos sabem o que é um homem; todos sabem o que é um macaco. Não vejo que outro sentido seja. Macaco! Irra! Não, essa agora é que me não entra cá.

– Ele, salvo seja – observou José das Dornas, rindo – aqueles diabos parecem às vezes mesmo gente, lá isso parecem; o Sr. João nunca os viu? [...]

– Vão para o Diabo! Bem me importa a mim o que eles leem e o que eles entendem. Não está má essa! Macacos! (DINIS, s.d., p. 51-52).

A comicidade suscitada pela conversa entre o lavrador e o tendeiro remete à leitura apressada que se fez das conclusões do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882), apresentadas ao mundo em *A origem das espécies*, de 1859, e desdobradas nos estudos subsequentes.

A teoria darwiniana recebeu uma figuração muito sugestiva, em 1965. A ilustração *Estrada até o Homo Sapiens*, criada pelo russo Rudolph Zallinger (1919-1995), foi publicada na *Times-life books for the early man*, no mesmo ano e passou ao imaginário coletivo como a *Marcha do progresso*, imagética criticada até os nossos dias, por dar a entender que o ancestral do homem veio diretamente do macaco. Visão tão polêmica levara Júlio Dinis, quase um século antes, a inserir a celeuma no texto ficcional, problematizando-a, pela boca do homem do povo.



Fonte: [https://biologiaevolutiva.files.wordpress.com/2015/11/the\\_march\\_of\\_progress.jpg](https://biologiaevolutiva.files.wordpress.com/2015/11/the_march_of_progress.jpg)

Percebe-se a nota dissonante na figuração da personagem dinisiana, a desconstruir o médico enquanto o detentor de todas as verdades. Ainda assim, o fascínio pelo saber científico ganhava tons

acentuados junto à população interiorana. O diploma conferia ao seu portador um grau de confiabilidade que lhe permitia adentrar os espaços privados. Talvez, por isso, o reitor se mostrasse particularmente reticente quanto ao comportamento do filho único do lavrador José das Dornas frente ao sexo feminino, vindo a advertir nesses termos o pai do jovem:

– O que eu digo é que Daniel tem deveres tão sagrados, entrando no seio das famílias, como nós, os párocos. E se nas mãos, que devem levar o remédio, espalham a peçonha, a maldição de Deus desce sobre elas. Quem abrirá as portas da alcova, onde padeça uma filha, uma esposa ou uma irmã, ao médico que não tem força para sufocar as paixões más do seu coração? Fá-lo-ias tu? Não, nem eu. Quanto mais santa é uma missão neste mundo, José, mais se rebaixa e avilta quem a aceita sem lhe ter compreendido o alcance. O mau padre é o pior dos homens; e parece-te que será muito melhor o médico imoral? Pensa nisto, e diz-me se Daniel merece grandes desculpas. (DINIS, s.d., p. 114).

Essas “paixões más” que, segundo o reitor, Daniel não sufocava, vieram a se consubstanciar nos versos que o rapaz ofereceu a uma “trigueirinha” da aldeia, e que, por um triz, não o comprometeram com a moça, em caráter definitivo. Desse modo, o romancista introduziu um questionamento ético sobre o perfil e o fazer médicos a dialogarem com o tradicionalismo das famílias.

Por outro lado, na obra seguinte, *A morgadinha dos canaviais* (1868), o autor focaliza o papel do paciente nesse “admirável mundo novo”. Há que destacar o jovem Henrique de Souselas, um elegante de Lisboa, que sofria de um mal para o qual a Medicina, em Oitocentos, tinha parca solução:

O demônio da hipocondria, esse demônio negro e lúgubre, implacável verdugo dos ociosos e egoístas, o qual há muito o espiava, apoderou-se dele de corpo e alma.

Aí temos, desde esse instante, Henrique muito preocupado com a sua pessoa, imaginando-se vítima de mil e uma moléstias, as mais disparatadas e incompatíveis, suspeitando-se conjuntamente predestinado para a apoplexia e para a tísica, para o cancro e para a alienação, para a cegueira e para os aneurismas, tremendo à leitura do obituário da semana, folheando livros de medicina, construindo teorias fisiológicas, consultando todos os médicos da capital, experimentando todo o arsenal farmacêutico e todos os anúncios em paragona, da quarta página dos periódicos, e elevando as crenças do seu espírito amedrontado até as misteriosas e nevoentas alturas do credo homeopático! Ao mesmo tempo, manifestou-se nele uma progressiva degeneração de gosto: não podia ler uma página dos livros que lhe eram prediletos; desfazia-se com gosto de quadros, móveis, estátuas, objetos curiosos que colecionara com paixão; detestava a música, o teatro, numa palavra tornara-se num dos maiores flagelos que podem pesar sobre a humanidade e que muito em especial causam o suplício dos médicos que os aturam. (DINIS, s.d., p. 238).

A relação entre médico e paciente mostrava-se sujeita a suscetibilidades ao abordar a degenerescência física e tornava-se especialmente melindrosa quando lidava com as perturbações da mente, à mesma época em que o médico francês Jean-Martin Charcot (1825-1893) realizava estudos sobre a histeria, no Hospital de Salpêtrière, dando início à Neurologia moderna.

Como levava uma vida afortunada, o mal-estar que acometia Henrique de Souselas era visto pelos circunstantes como fruto de excessiva imaginação. O diagnóstico que recebia da maior parte dos médicos ora consultados era taxativo: “O senhor não tem nada. (...) Henrique perdia a cabeça ao ouvir isto.” (DINIS, s.d., p. 238).

Cabe refletir como o dissabor com tudo e todos e a falta de interesse pela vida eram percebidos pelo senso comum, na segunda metade dos Oitocentos. Júlio Dinis deu-nos a visão do homem ocioso como

o mais vulnerável aos achaques, mas também contribuiu sobremaneira ao popularizar o conhecimento sobre o transtorno, detectado desde a Antiguidade por Hipócrates como a “bílis negra”, a comprometer o corpo e a mente. Desde o século XVII, a doença passara a ser relacionada com a ociosidade, como pontuam Cintia Gonçalves e Ana Lúcia Machado:

(É) interessante observarmos que muitas das concepções atuais da depressão estão firmemente arraigadas nos pensamentos da Idade da Razão. As questões do ócio, preguiça, falta de vontade e a necessidade do trabalho braçal podem ser percebidas em alguns meios, quando ouvimos frases como: “depressão é doença de quem não tem o que fazer e o remédio é um tanque cheio de roupa suja para lavar”. (GONÇALES; MACHADO, 2007, p. 301).

Henrique, ao ver os sintomas por ele relatados pouco compreendidos e até subestimados, só veio a aceitar o diagnóstico, quando recebeu de um velho clínico o acolhimento que lhe fora negado por outrem:

Um médico velho e grave, que por essa ocasião o escutou, em vez de se rir dele, disse-lhe muito sisudo:

– Homem! O senhor está realmente mal. Esse estado de imaginação não pode prolongar-se mais tempo, sem romper por í alguma doença que o sacrifique. Se quiser salvar-se, saia-me daqui, enquanto é tempo. Quebre com todos os hábitos, e escolha entre as fortes impressões de uma grande capital, como Paris e Londres, ou as mornas sensações de um completo viver de aldeia. Os revulsivos e emolientes curam por meios opostos às vezes as mesmas moléstias. (DINIS, s.d., p. 239).

Mais uma vez, segundo o olhar dinisiano, a cura se encontrava no Portugal profundo, mais precisamente na quinta de Alvapenha, mesmo que no enfermo perdurasse a convicção de que a localidade

haveria de lhe servir de cemitério. Logo à chegada do moço, a tia e a criada tentaram detectar informalmente os males que o acometiam:

– (...) Mas afinal que moléstia é a tua, menino?

– Eu sei lá, tia Doroteia? Nem os médicos a conhecem bem. É, entre outras coisas, uma tristeza, uma melancolia que me não deixa, que me persegue por toda a parte. Às vezes parece-me que sinto apertar-se-me dolorosamente o coração; outras são palpitações, ânsias... Tenho quase vontade de chorar, irrito-me, impaciente-me, não quero que me falem, nada quero ver, nada quero ouvir; não leio, não durmo, não como. Finalmente todo eu sou doença e tristeza. (...)

– Então é assim uma espécie de mania!

À palavra “mania” Henrique sobressaltou-se. Seria a consciência que se sentiu ferida?

– Mania? Ó tia Doroteia! Mania! Veja bem, olhe que o termo é forte! Mania?

– Sim, menino – insistiu ingenuamente a boa senhora – pois olha que não é outra coisa. Pois isto de estar triste sem ter de quê... sim... porque não te morrendo ninguém, nem te doendo nada... (DINIS, s.d., p. 252).

Cabe observar que ambas as senhoras recorrem a aceções médicas da Antiguidade para tentar definir o mal que acomete Souselas, visto que, antes do século XIX, “a melancolia e a mania não eram polos opostos (isto é, não eram definidas como tendo características opostas). (...) Assim, no uso médico, a ‘melancolia’ referia-se a um subtipo de mania e denominava, em geral, os estados de expressão comportamental reduzida.” (BERRIOS, 2012, s.p.), o que, por sinal, custa a Henrique digerir:

– Mania! – repetia ele – essa agora! Sempre é forte demais. Mania, não, tia Doroteia, lá isso não. Mania!

– Eu lhe digo – acudiu a criada – Não vá sem resposta; que está quase como o cunhado da Rosa do Bacelo. A senhora não se lem-

bra? Andou aquela alminha por aí sempre triste, sempre a falar só, até que afinal lá foi parar...

– Aonde? – perguntou Henrique, erguendo os olhos interrogadoramente para a criada.

– Foi lá parar a Rilhafoles – concluiu esta, espevitando a vela o mais naturalmente deste mundo.

Henrique de Souselas pulou com a sinceridade. (DINIS, s.d., p. 253).

A simples menção a Rilhafoles, um antigo convento que passou a manicômio, fez tremer o enfermo. E o temor se justifica, porque, como German Berrios destaca, alguns alienistas, nas décadas finais do século XIX, levantaram a hipótese que “a mania, a melancolia, a insanidade delirante e a demência vesânica fossem apenas as fases sucessivas da mesma doença”, salientando inclusive que “a proposta de que a mania e a melancolia devem ser relacionadas não se baseou apenas na observação clínica, mas também na visão popular, naquela época, de que todas as formas de insanidade estariam relacionadas umas às outras.” (BERRIOS, 2012, s.p.).

Henrique adaptou-se progressivamente ao cotidiano da aldeia. A vida comunitária possibilitou ao “alfacinha” tecer uma nova rede de sociabilidade que contribuiu sobremaneira para a sua recuperação. O primo de consideração de Madalena – a morgadinha do título – acabou por se envolver com as questões locais. Alvejado por ocasião de um enfrentamento direto entre os que defendiam o sepultamento no interior das igrejas, pleiteando a proteção divina, e os opositores, cujo voto em favor dos enterros nos cemitérios tinha motivação higienista, Henrique passou a receber os cuidados de Cristina, prima de Madalena, até o seu completo restabelecimento. Já esquecido de sua antiga depressão, Henrique apaixonou-se e viu-se correspondido. Casou-se com a cuidadora e veio a tornar-se um legítimo homem do campo, o que lhe permitiu ver, ao final da narrativa, as feridas do corpo e da mente cicatrizadas.

O epílogo do romance nos leva a inferir que, no universo dinisiano, o aconchego e a estabilidade dos laços familiares eram o melhor remédio e o casamento, ao final de encontros e desencontros, configurava-se como solução para as desventuras vividas pelos atores, desde que a caminhada dos enamorados até o altar fosse pautada pela correspondência de afetos e a compreensão mútua.

Nem sempre, no entanto, a ficção de Júlio Dinis sugere o apaziguamento dos pares, como ocorre ao final d'*A morgadinha*. O desenrolar dos acontecimentos em *Uma flor entre o gelo*, novela curta veiculada como folhetim no *Jornal de Porto*, em 1864, e publicada em volume na antologia *Serões da província* (1870), não dá margem a um final feliz.

A narrativa focaliza uma povoação, cujos habitantes chegaram como romeiros e, com o passar dos anos, estabeleceram-se no entorno da igreja de N.S. da Saúde. Lá, cuidando dos seus pacientes de forma draconiana, vivia o Dr. Jacob Granada, facultativo de longa data. Seu retrato falado mostrava-se, segundo o positivismo em voga, compatível com a profissão que decidira exercer:

Sobre a fronte estreita, mas elevada, alvejavam-lhe em raras e desornadas madeixas as mais formosas cãs que ainda adornaram uma cabeça de ancião. Os lábios, delgados e deprimidos nos ângulos por contração habitual, denunciavam longos hábitos de reflexão e de reserva que efetivamente lhe estavam na índole. No nariz havia completa e absoluta conformidade com o do tipo judaico e os olhos pequenos, mas de uma vivacidade de fogo, exprimiam a inteligência e sutileza de espírito que um conhecimento ulterior não desmentia nele. Era excessivamente magro e um tanto curvado pelas fadigas do estudo e pelo peso de sessenta anos de vida trabalhada por incessantes esforços físicos e intelectuais; não obstante, nunca deixara de observar os mesmos hábitos laboriosos, que eram já para ele imperiosa necessidade. (DINIS, s.d., p. 210-211).

O desenho dinisiano permitia entrever, dentre os atributos do médico, “uma vontade inflexível e uma grande força de caráter” (p. 210). Reservado e dado à reflexão, laborioso como fazia crer a sua ascendência judia, a inteligência do Dr. Jacob transparecia nos olhos chamejantes e no corpo vergado pela idade avançada e pelo peso da erudição. Mas era na relação com os pacientes que explicitava a rigidez de atos e palavras:

Os cuidados de que Jacob Granada cercava os seus doentes, ainda que salutaros, pesavam como um jugo, impertinente até para os de ânimo mais dócil e submisso. Quem se confiasse à ciência do velho facultativo tinha de depositar previamente nas mãos dele toda a liberdade de ação e de pensamento durante o tempo porque se prolongasse a moléstia. Exigia que o doente pensasse pela cabeça do médico, que não formasse uma só resolução sem expressamente lhe ser autorizada pelas prescrições regulamentares que para cada qual instituía. (...) Este despotismo médico valia ao doutor Jacob uma clientela numerosíssima e inspirava uma confiança ilimitada na sua medicina. (DINIS, s.d., p. 211).

A insensibilidade do médico, confundida com profissionalismo, angariava uma vasta freguesia e permitia-lhe colocar-se acima de qualquer suspeita. O Dr. Granada, no entanto, passou a apresentar um comportamento instável, desde a chegada de uma nova paciente: “No olhar havia chamas que contradiziam a frieza de que fazia ostentação nos lábios uns visos de bondade a protestarem contra a velha reputação da rispidez que adquirira. Era uma metamorfose completa.” (DINIS, s.d., p. 214).

Valentina, a forasteira, do alto dos seus vinte anos, veio fruir os ares da aldeia para debelar uma melancolia profunda, mas ainda assim questionava de forma desabrida os métodos do clínico:

– Desafio-o, meu caro doutor – disse-lhe ela uma vez, armando-se de um dos seus sorrisos mais provocadores – desafio-o a que me

aponte com o dedo a lesão física que me trouxe aqui ou me diga ao ouvido a droga medicinal que me deve curar. Rio-me interiormente sempre que o vejo tomar-me o pulso, inspecionar-me a língua, auscultar-me o palpitar do coração e sentar-se para formular. Eu sei mais da minha doença do que lhe podem ensinar todos esses livros de grande formato que folheia até altas horas. (DINIS, s.d., p. 216).

Pelo viés da ironia, a irreverente paciente desconstruiu a pretensa “verdade” científica e a atitude contemplativa daquele a quem apelidava de “talmude encarnado”. No entanto, pelos indícios mal disfarçados, compreendemos o que se passava com o Dr. Granada. Enquanto observava às escondidas, vendo-a rascunhar uma poesia nos muros da capela à guisa de despedida deste mundo, o Dr. Jacob deixava o flanco exposto, ao grafar nas mesmas paredes uma confissão amorosa, ao mesmo tempo em que dava azo à sua condenação:

Escute. Há um homem que a ama que lhe votou o mais verdadeiro culto que ainda sentiu no coração (...) esta paixão que devia ser a sua glória, causa o seu maior tormento. Desde que a confessasse, em vez de o respeitarem por a ter concebido tão elevada, tão nobre, tão ideal, condená-lo-iam ao desprezo e ao escárnio. Glorizando-se interiormente dela, o desgraçado não ousaria proclamá-la. A fatalidade persegue-o. Sufocar essa paixão que o devora e sucumbir sem a esperança de que um dia o poderão lamentar. (DINIS, s.d., p. 220-221).

Brindada com o ardor daquelas palavras, a jovem sentiu o bafio da cura, ao encontrar o remédio para as suas dores psíquicas, como haveria de confidenciar à melhor amiga:

Uma declaração de amor. Sou amada, ouves? Compreendes? Amada e por um homem que não conheço. (...) Tanto maior é a pureza dele, tanto maior seria o escárnio que atraíra sobre si se o

revelasse. Aí tens um enigma; sabes decifrá-lo? Tenho pensado muito nisto e olha, julgo que adivinhei. É a história da princesa. É algum pobre rapaz, entusiasta como um poeta, tímido como uma criança, mas de alma obscura a quem aterra o meu apelido aristocrático. (DINIS, s.d., p. 224).

Valentina viu no desvelo do admirador secreto a solução para os seus padecimentos morais. Mas o final feliz foi abortado, quando o seu maior antagonista postou-se diante da jovem como um humilde devoto. A realidade irrompeu nua e crua e a desilusão amorosa tornou-se inevitável.

Valentina retornou ao seu mundo, levando consigo lembranças amargas a serem olvidadas com o tempo. Mas o Dr. Jacob não encontrou remédio para a malfadada paixão. A suposta indiferença que o protegia no relacionamento com os demais escamoteava as frustrações e as inseguranças colhidas na longa e solitária jornada e, uma vez expostas, não houve como voltar atrás. Abandonou o seu posto de médico na aldeia e, passados uns dias, foi encontrado perambulando pelas ruas da capital, esfarrapado e ensandecido. Recolhido ao asilo, ele cambiou de clínico a paciente, como sacralizado no prontuário médico:

A mania predominante do enfermo é a descoberta da pedra filosofal. A elaboração de um elixir de longa vida preocupa-lhe o espírito e conserva-o num contínuo e fatigador trabalho mental. (...) É aos velhos que com especialidade se dirige. Promete-lhes juventude, alegria, consideração e amores. (...) Às vezes encontram-no com o rosto oculto entre as mãos, chorando como uma criança; sai desses acessos pra perguntar se as andorinhas já voltaram. É singular a comoção que experimenta à vista destas pequenas aves. Deste estado recai no de um desespero tão violento que é necessário vigiá-lo muito de perto para que não cause mal. Em tudo isto reconheço os efeitos de alguma paixão íntima de que este desgraçado foi vítima. A sorte dele parece-me desesperada e , no

definhamento em que vai, é de presumir que, a recuperar a razão, seja só para reconhecer o instante final. (DINIS, s.d., p. 232-233).

O que chegou ao facultativo era o discurso de um louco, por aparentemente ilógico. Mas, para os que acompanhavam o percurso pessoal do Dr. Granada, suas falas e gestos descabidos faziam todo o sentido. Como Fernanda Vicente sublinha:

Será a lógica que preside ao discurso de um louco distinta da lógica que orienta os discursos cotidianos? O discurso de um louco obedecerá a uma lógica inacessível para “outro” intérprete que não ele? Afinal torna-se evidente a incapacidade do médico para tratar do caso do Dr. Jacob. Ele não tem condições para garantir que o velho facultativo é “louco”, dada a sua inépcia para avaliar a realidade que subjaz aos discursos do paciente. Afinal de contas, o velho clínico não parece assim tão louco, ou será que a sua loucura consiste em continuar a perseguir um sonho? (VICENTE, 2012, p. 136).

Júlio Dinis utilizou a ironia romântica para desconstruir dogmas, como o que versava sobre a blindagem emocional do profissional de Saúde. E foi mais além, ao desancar as certezas absolutas de que a Medicina oitocentista se revestia, com a personagem Valentina como seu alter ego, ao vocalizar questionamentos do autor.

Assim como Júlio Dinis, outro autor contemporâneo, também, como ele, médico de formação, foi seduzido pelo fazer literário: José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911). Por conta da frágil situação econômica de sua família, José Valentim saiu precocemente da escola elementar e amargou durante anos atrás do balcão de uma botica, até que, por empenho próprio, veio a se formar pela Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, aos trinta e oito anos.

Jornalista e crítico literário, Fialho de Almeida revelou-se também um exímio contista, ao retratar com acurácia as mudanças por que

passava a sociedade portuguesa. Com a lupa e o escalpelo à mão, propôs-se a dissecá-la como um organismo vivo, o que levaria a termo com maestria na narrativa curta *Três cadáveres*.

Publicado primeiramente, em 1883, no jornal *O Atlântico*, o conto *A doente 27* foi ampliado e agregado ao volume de contos *O país das uvas* (1893), com o novo título. Tratava-se, em princípio, da história de Marta, órfã de mãe, com o pai e os irmãos menores para cuidar. Apaixonada, Marta abandonou a família em favor do namorado. Após ser rejeitada pelo amante, tentou voltar à casa paterna, mas não obteve o perdão por sua falta. Tendo enfrentado a pobreza e a fome em companhia do irmão que lhe prestou solidariedade, a costureira recebeu, por fim, o fatídico diagnóstico e obteve guarida:

(a um) canto da enfermaria, entre duas janelas de vidros desconjuntados. A cama 27 tinha uma biografia sinistra e mortuária. Era para onde a enfermeira degredava os doentes que lhe faziam perrice, e para onde iam esticar as desgraçadas a quem o médico, logo à primeira, torcia o nariz. Em quinze dias, vinte dias, menos ainda, a pneumonia, alguma febre de mau tipo encarregava-se de varrer dali a padecente. (ALMEIDA, 1946, p. 219).

Os hospitais eram considerados a última parada antes da morgue. Em Oitocentos, a internação, por indigna e pouco efetiva, perpetuava a convicção de desengano e representava um desprestígio para a família, por denunciar a condição social da doente, rente à miséria.

O médico recém-formado João da Graça assumiu, a partir de então, o protagonismo da narrativa. Dotado de imaginação romanesca, ele viu na moribunda a musa talhada pelo ideário romântico. No entanto, o tratamento para a tísica, mesmo no hospital, era um paliativo, de modo que Marta partiu desta vida sem a benção paterna.

Como os muito pobres eram enterrados em vala coletiva, os médicos se cotizaram para dar à jovem um enterro decente, por obra

e graça do Dr. João. Mas a intenção poética não poderia perdurar diante da cena dantesca do transporte do féretro, com as piadas obscenas dos coveiros e das prostitutas que compunham a procissão, e os palavrões que o padre e o sacristão emitiam sob a chuva pesada, em lugar das ladainhas e cânticos religiosos. A culminância grotesca pronunciou-se mais uma vez à hora final, quando a defunta foi erguida pelos sovacos e pelas barrigas das pernas como um fardo, na passagem para a cova rasa; momento esse em que deixaram pender a cabeça e a grinalda “foi rolar ao meio da lama.” (ALMEIDA, 1946, p. 252).

No episódio, o humor negro funcionou como um contraponto ao sentimento platônico que nutria o Dr. João da Graça, o qual, diante daquele triste fim, ainda recordava o *Noivado do sepulcro*, poesia ultrarromântica de Soares dos Passos que o ainda estudante de Medicina chegara a musicar, a edulcorar as “místicas núpcias sobre o mármore fosforescente das tumbas”. Em pleno cemitério, João da Graça viu surgir uma “Gomorra submersa”, cuja “[...] alvinitência da lua dá talvez formas de sonho a cada fachada lívida de mausoléu. Meia noite batida ir-se-iam enlaçando aos pares, cadenciosas, as estátuas dos sarcófagos, fugindo lentamente como elfos, na poeira argêntea das noites claras...” (ALMEIDA, 1946, p. 249).

Ainda que, naquele momento, desejasse descer ao túmulo com a amada, à medida que foi avançando no exercício da profissão, Dr. Graça pôs-se a esquecer-la, “logo à recepção dos primeiros honorários profissionais, disciplinando-o pouco a pouco nessa segura amável do republico ambicioso, charlatão da fortuna que impõe como autoridade científica, quase sempre, o *coupé* de luxo onde passeia e a anafada parelha a que se puxa.” (ALMEIDA, 1946, p. 260). Promovido ao cargo de delegado de saúde, tornaria à Mouraria, dessa vez para officiar o óbito do pai de Marta:

E ele saiu depois de acender com estrondo um bom charuto. Já na escada, inquiriu dum homem que subia, em primeiro lugar as circunstâncias da família... E o homem, depois de lhe assentar familiarmente a mão no ombro, começou a dizer que o velho tivera noutro tempo seu arranjo, mas começou a dar cabo, a embebedar-se, entende bocê? e estava ali morto de miséria como um cão... Havia o filho a deitar sangue da boca, uma pequena... E quanto ao enterro, o que se via. Por duas libras enxixiam berlinda e pano rico; vai, como o dinheiro não chegou pra grandes luxos, tinha-se combinado o caixão ser d'aluguel. (ALMEIDA, 1946, p. 262-263).

Por fim, João da Graça, tendo perdido de todo os sentimentos humanitários, compareceu uma última uma vez ao bairro infecto, para atestar a morte do cangalheiro que enterrara Marta:

Quando o médico veio verificar o óbito, não havia uma só pessoa na loja, a fazer guarda. Exalava-se um fétido medonho do cadáver, que se cozia em peste, rápido perdendo a forma originária, e esse cheiro inundava o cacifro, tresandando em espantosas baforadas, te a rua. Toda a vizinhança estava em alarida, quando o doutor chegou. As rameiras e as tascas tinham ido fazer queixa do morto, ao comissário. E João da Graça, sem descalçar as luvas, pôs-se a escrever contra a parede os dizeres de certidão, entre náuseas mortais, rogando pragas. – E nem ele, nem ninguém, poderia talvez reconstruir naquelas cinco tábuas de pinho em que jazia o bêbedo, o impassível caixão que havia recolhido os destroços das três criaturas, despejando-as na terra, com a mesma indiferença, uma após outra, sem indagar se estariam bem mortas as paixões que tanto tempo as havia unido e separado. (ALMEIDA, 1946, p. 263-264).

Por ironia do destino, as mesmas personagens que foram intimamente implicadas em vida ocuparam o mesmo caixão a caminho do cemitério. Com elas foram sepultadas as motivações que leva-

ram ao trágico desfecho: a “queda” da personagem feminina e a “defesa da honra” familiar, tanto mais arraigada quanto mais baixa a classe social.

Quanto ao jovem clínico, enquanto progredia como autoridade sanitária, tornou-se mais e mais insensível, frente às sucessivas perdas. Também ele foi enredado pela “morte anunciada” que enlaçou os três cadáveres, desumanizando-se, para não sucumbir no exercício da profissão.

Fialho de Almeida mergulhou ainda mais fundo na questão da desumanização, quando trouxe à luz *Conto do Natal*. O brinde, oferecido pelo Diário de Notícias aos seus assinantes, foi publicado em 1893, na coletânea de contos *O país das uvas*.

Logo à primeira cena, vê-se uma andarilha à procura de um lugar para passar a noite. Ela chegou a um pequeno convento, para os lados de Vila dos Frades, onde, ao lado, em um cemitério abandonado, estavam enterrados vários familiares seus. O marido também lhe morrera e a única filha que lhe restara passou a fazer a vida entre os soldados. À viúva não restaram quaisquer bens materiais ou vínculos familiares que a amparassem.

Josefa – este era o seu nome – logo descobriu que o lugar não estava desabitado, como supunha: “Ao acercar-se do forno, uma claridade viva a surpreende. O alpendre ficava do outro lado, numa descaída brusca do montículo e ali está gente, há falas de homem... – ai pobre velha! Aonde há ela de passar a noite?” (ALMEIDA, 1946, p. 93).

Enregelada, pensava em pedir lugar junto ao fogo, quando ouviu um grito lacerante de mulher: “Aquele berro a velha conhece-o, é horrível e terno, angustioso e delicado, e toda mulher que o solte principia esposa e acaba mãe.” (ALMEIDA, 1946, p. 93).

Josefa distinguiu um homem acorçado em frente às brasas. A tríade que ela observava a curta distância remetia à imagem da Sagra-

da Família, a suscitar um sentimento de empatia no leitor. Como Maria Lúcia de Brito Moura pontua:

O culto da Sagrada Família, apresentada como modelo aos católicos, vai se desenvolvendo desde os finais do século XIX, Leão XIII e os pontífices que se seguiram dedicaram-lhe grande atenção. Este culto articula-se com o incremento da veneração a São José, o patriarca a quem fora confiada a guarda de Jesus e de sua Mãe. Num tempo de convulsões sociais, realçava-se o facto de São José ter sido um trabalhador manual, sendo apontado como “o perfeito modelo do operariado católico”. A humildade do santo, a sua resignação e o amor ao trabalho eram exaltados. Evidenciava-se que, na hierarquia celeste um homem de condição modesta, um operário, ocupava lugar cimeiro. (MOURA, 2010, p. 307).

Historicamente, a Sagrada Família funcionava como o paradigma da família nuclear, por compor um todo harmônico pautado na humildade, na solidariedade e na caridade, com a imagem do pai, a ganhar relevância, como observa Phillipe Ariès:

Ele aparece no primeiro plano, como o chefe da família, em outro retrato da Sagrada Família à mesa pintado por Callot e igualmente popularizado pela gravura “A Virgem, São José e o menino”, comenta E. Mâle, tomam a refeição da noite: um candeeiro colocado sobre a mesa cria um contraste entre a luz viva e a sombra profunda, e dá à cena um aspecto misterioso; São José dá de beber à criancinha, enternecedora de tão bem-comportada, com um guardanapo em torno do pescoço.[...] o sentimento comum se comovia com esse tema como se fosse uma exaltação da família. (ARIÈS, 2012, p. 151).

No entanto, a descrição da cena acabou por revelar o avesso da iconografia católica. Diferentemente da figura protetiva de José, o homem acorado à beira do fogo mostrava-se truculento com a futura mãe:

(Ele) enclavinha os polegares assassinos sobre a garganta da mulher.

– Calas-te ou morres!

E a sua voz surda, pequena sacudida, humilde quase, vem explodindo e crescendo, até bravejar num rouquejo de cólera exaustinada:

– Cala-te, diabo! Cala-te, estafermo!

A mãe, coitada, mal pode estrangular os urros que a expulsão lhe arranca, em dores medonhas, como se trinta mãos brutais lhe estivessem arrancando as vísceras, ligamento a ligamento. (ALMEIDA, 1946, p. 98).

A virulência daquelas palavras e a precariedade da situação levaram Josefa a deixar o seu posto, “prestes a dar-se, toda cheia de celestes compaixões por essa mísera mulher que a desgraça forçou a parir numa ruína sem ao menos ter a aquentá-la como a Virgem, o hálito da vaca e da jumenta, e as solitudes ideais do carpinteiro” (ALMEIDA, 1946, p. 98-99), mas foi ignorada por ambos.

A criança veio ao mundo, a mulher se aquietou e todo o entorno sugeriu um momento de paz, à hora da Missa do Galo. O homem, no entanto, mantinha “uma expressão de campônio perverso, meia animal, meia humana”. (ALMEIDA, 1946, p. 99).

A iniciativa primeira da mãe foi cuidar do aconchego e da nutrição do recém-nascido e a Josefa mesma se ofereceu para dar-lhe guarida. Mas o homem mantinha em seu poder “o pequeno ensanguentado que vagia de frio, conjugando os beicitos numa sucção d’instinto, que devera ter feito sorrir d’enternecido um outro pai”. (id., p. 100).

A ambiência lúgubre, a destoar da luminosidade que uma nova vida poderia sugerir, apontava para a ausência completa de perspectivas dos atores; falta que caberia ao recém-chegado, qual um Cordeiro de Deus segundo a imagética cristã, redimir. Como reflete Isabel Guimarães Sá: “é sempre na unidade familiar que se joga o destino da criança, quer se opere a exclusão de um indivíduo de

uma determinada unidade familiar e sua integração noutra – caso do exposto – quer a sua supressão através do infanticídio, aborto e supressão de parto.” (SÁ, 1988, p. 77).

Com a ascendência sobre a vida e a morte do nascituro, a personalidade masculina fazia valer a sua virilidade. Mas, como salienta Pierre Bourdieu, “a virilidade entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (...) é, acima de tudo, uma carga” (BOURDIEU, 2014, p. 64), o que levou o homem à decisão definitiva:

Havia à beira d’água um pedregulho. Ele deteve-se. Instantaneamente a sua cara envelhecera, leques de rugas radiavam-lhe dos cantos das pálpebras, sobre a pele da testa e da faceira, e a lívida boca, agora seca, súplice quase, tinha sombras de angústia às comissuras e convulsivos tremores nos beiços desbotados.

Mais uma vez lançou a vista ao derredor, numa suspeita atroz de o estarem vendo, e ergueu o braço, com o pequeno seguro pelos pés como um coelho... Porém a luz do luar incomodava-o.

Tornara para trás, desalentado, furibundo consigo, e resmungando alto imprecações. Mas veio-lhe de repente uma veneta, e bruscamente, com um resfolegar de bezerro, escavacou o pequeno contra a rocha. A pancada dera na pedra um som de melancia podre, esborrachada em surdina, baça e turgente. Foi um momento aquilo, e todas as coisas voltaram ao êxtase hibernal de instantes antes. (ALMEIDA, 1946, p. 100-101).

A resolução que o fez abdicar da paternidade e mesmo da humanidade fê-lo envelhecer ao perpetrar o crime hediondo, segundo a percepção contemporânea. Nos Oitocentos, como Isabel Guimarães Sá destaca, “o infanticídio é muitas vezes encarado como uma alternativa ao abandono de crianças, sendo um tema abordado com frequência no debate público que antecede a criação das ‘rodas’, que os opositores tendiam a considerar como ‘casas de infanticídio legal’” (SÁ, 1988, p. 84).

Diferentemente do parricida, cuja pena capital mantinha o caráter irrefutável desde as Ordenações Monárquicas – e que haveria de se manter no primeiro Código Penal Português, de 1872 –, o infanticida poderia apresentar atenuantes. Ainda que figurasse a pena de morte para aquele que “[...] cometer o crime de infanticídio, matando voluntariamente um infante no ato do seu nascimento ou dentro em oito dias depois do seu nascimento [...]”, constava em parágrafo único, ato contínuo: “No caso do infanticídio cometido pela mãe para ocultar a desonra ou pelos avós maternos para ocultar a desonra da mãe, a pena será de prisão maior temporária” (SECCO, 1881, p. 194-195). Depreende-se, portanto, que a defesa da honra ainda se sobrepunha ao bem-estar das crianças, tanto nas situações de infanticídio quanto nas de aborto, como legislado no referido código penal.

A experiência limite vivenciada pelos atores empobreceu-os de tal forma que não houve, ao final, palavra alguma a ser dita. No epílogo do conto, perdurou como imagem última “um cadaverzinho de infante recém-nado, roliço e roxo, cuja boquinha fria de inocência e cuja alma devera estar se incorporando àquela hora no cortejo de eleitos, que todos os anos vem, com o menino Deus, refazer na crença dos simples a suavíssima lenda de Natal.” (ALMEIDA, 1946, p. 101).

Fotograma das desigualdades que acometiam a sociedade lusa do século XIX, o cadáver do recém-nascido desvelou a situação desumana a que eram confinados os mais baixos estratos da população, contrapondo à festa máxima da família burguesa a face horrenda da exclusão social a despertar os sentidos.

A narrativa fialhiana instaurou desse modo uma nova poética, compreendendo “[...] o grotesco na sua motivação mais profunda, enquanto irrupção do inconsciente e forma de exorcização dos medos, angústias e contradições do homem moderno face a um mundo cada vez mais vazio de alma e de sentido” (MATEUS, 2008, p. 270). Ao mesmo tempo, funcionou como ponto de intersecção entre o ima-

ginário nevrótico do decadentismo finissecular e a experimentação visionária do novo que a libertação do racionalismo lhe permitiu, de forma notavelmente pioneira, explorar. Afinal, foi o momento inaugural “de pulverização da realidade, de disseminação do sentido e simultaneamente de fragmentação do ‘eu’ que a poética fialhiana pretende figurar” (MATEUS, 2008, p. 195).

Fialho de Almeida denunciou não só em seus artigos de opinião, mas de forma particularmente contundente na literatura a desumanização crescente da sociedade burguesa lusa, a qual se pretendia “civilizada”, na passagem do século XIX para o XX, mas assistia de forma complacente as violências várias a que os estratos mais pobres estavam sujeitos. Nesse sentido, “Fialho se distancia da ortodoxia literária do seu tempo, para surgir ao leitor hodierno — nas palavras prefaciais de Vítor Aguiar e Silva — como um dos elos principais da nossa modernidade.” (SANTANA, 2007, p. 249).

Concluindo essa breve reflexão, que buscou enlaçar dois dentre os mais emblemáticos autores lusos da segunda metade do século XIX, percebemos o diálogo que se estabelece entre ambas as obras. Há que refletir que a prevalência do pensamento científico sobre as humanidades, nos Oitocentos, não se mostrou suficiente para a compreensão da realidade, tal como Júlio Dinis e Fialho de Almeida sinalizaram nas respectivas prosas de ficção.

Enquanto o Dr. Jacob Granada, na narrativa dinisiana, ao se perceber humano, com suas dores e amores, não viu saída outra que não fosse cindir com a realidade, partindo em busca da pedra filosofal e da juventude perdidas, o Dr. João da Graça, na narrativa fialhiana, para não sucumbir no enfrentamento com a morte, realizou também a sua viagem onírica, descortinando uma “visão alucinada e macabra, em que a utopia revolucionária se transfigura em fantasmagoria orgiaca, bem ao gosto de decadentismo estético” (SANTANA, 2008, p. 95).

Enquanto o personagem dinisiano Henrique de Souselas que, mesmo dispondo de todos os confortos do mundo moderno, perdeu mentalmente enfermo até encontrar a realização pessoal numa vida sem luxos, em meio à família que veio a formar e junto à comunidade da qual passou a fazer parte na aldeia, a parturiente de Fialho – assim como o homem e o recém-nascido – atravessou toda a narrativa destituída de identidade e alijada da cultura ocidental que permeia todo o conto, como a expressão máxima da fé cristã: a noite de Natal. Sua voz foi suprimida pelo homem que a ladeava e que, também oprimido, mostrou-se o seu algoz.

Cabe, então, percutir: quem seria o verdadeiro monstro no episódio terrífico que Fialho de Almeida retratou, por meio da criação literária? Aquele que incorreu em infâmia ou a sociedade mesma que, ainda que se dispusesse *pro forma* a professar a fé e a caridade, punha-se a defender o interesse de poucos, deixando para grandes contingentes da população a pecha de humilhados e esquecidos?

Todos eles, assim como a velha que os assistia, figuram reificados na narrativa fialhiana, a viver sob a égide da barbárie. Barbárie esta mítica, segundo a ótica benjaminiana, que perceberia décadas adiante, com o advento da Grande Guerra (1914-1918), a quebra de transmissibilidade da experiência das antigas para as novas gerações:

Aqui se mostra, da forma mais evidente, como a nossa pobreza de experiência é apenas uma parte da grande pobreza que ganhou um novo rosto – com a nitidez e o recorte exato do mendigo medieval. Na verdade, de que nos serve toda a cultura se não houver uma experiência que nos ligue a ela? A detestável mistura de estilos e de visões do mundo do século passado mostrou-nos tão claramente aonde leva o uso simulado e hipócrita da experiência, que é uma questão de honra confessar hoje a nossa pobreza. Temos de o admitir: esta pobreza de experiência não se manifesta apenas

no plano privado, mas no de toda a humanidade. Transforma-se assim numa espécie de nova barbárie. (BENJAMIN, 2010, p. 74).

Ao final, não haveria como perdurar a esperança. Mas Walter Benjamin nos acena com um novo conceito – desta feita, positivo – de barbárie, entendendo que, em nada mais restando, teria a humanidade de iniciar o longo processo de reconstrução pela via da cultura, reatando as pontas, a partir das ruínas da tradição. Resta, então, direcionarmos um novo olhar, para que não cometamos os mesmos erros de percurso. Como salienta Clayton Marinho:

Se a tradição burguesa coloca em questão, ou melhor, coloca na bolsa de valores a experiência, cuja cotação está em declínio, a necessidade da destruição aparece como saída, segundo Benjamin, a essa vida cuja experiência em declínio não nos liga mais ao patrimônio da humanidade.” (MARINHO, 2015, p. 171).

Ao desconstruir os pilares do determinismo e elucidar que as ambições rumo ao progresso em linha reta, a beneficiar igualmente todos os estratos sociais, mostravam-se uma falácia, Júlio Dinis e Fialho de Almeida sinalizaram de forma premonitória que aquele mundo, em questão de décadas, chegaria ao fim. Pela mão de Valentina, a paciente, e de João da Graça, o médico, alter egos dos respectivos autores, somos levados a nos defrontar com a euforia e a depressão, o maravilhamento e o terror, a civilização e a barbárie; sinais esses que, por sinal, insistem em se pronunciar na contemporaneidade.

**RECEBIDO:** 07/02/2022      **APROVADO:** 29/04/2022

#### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, José Valentim Fialho de. *O País das Uvas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1946.

ALMEIDA, José Valentim Fialho de. *Três cadáveres*. Posfácio e fixação do texto por Maria Helena Santana. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. 97 p.

ARIÈS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução Dora Flashman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BENJAMIN, Walter. “Experiência e indigência.” In: BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Edição e tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BERRIOS, German E. “Melancolia e depressão durante o século XIX: uma história conceitual.” In: MORETTO, Maria Livia Tourinho; SILVA JUNIOR, Nelson (ed) *Revista Latino americana de Psicopatologia Conceitual*. nº15, set/2012. Acessível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000300011> Último acesso: 23/05/2022.

DINIS, Júlio. *Obras completas*. Porto: Lello & Irmão Editores, s.d. vol.1 e 2.

FURTADO, Geraldo. “O doodle e a marcha.” In: *Biologia Evolutiva: Em se tratando de evolução não há destino nem retorno*. (blog) Em 26 de novembro de 2015. Acessível em: <https://biologiaevolutiva.wordpress.com/2015/11/26/doodle-e-a-marcha/>. Último acesso: 09/12/2021.

GONÇALES, Cintia Adriana Vieira; MACHADO, Ana Lúcia. “Depressão, o Mal do Século: de que século?” In: *Revista de Enfermagem da UERJ*. Rio de Janeiro, 2007. <https://repositorio.usp.br/item/001647052> Último acesso: 01/12/2021.

MARINHO, Clayton Rodrigo da Fonseca. *Conceito de barbárie em Walter Benjamin*. Dissertação de mestrado em Estética e Filosofia da Arte. Minas Gerais: UFOP, 2015. Acessível em: [http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6433/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O\\_ConceitoBarb%20a1rieWalter.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/6433/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O_ConceitoBarb%20a1rieWalter.pdf) Último acesso: 29/11/2021.

MATEUS, Isabel Cristina. *Kodakização e despolarização do real: Para uma Poética do Grotesco na Obra de Fialho de Almeida*. Tese de doutoramento. Biblioteca da Universidade do Minho. Acessível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5733> Último acesso: 09/12/2021.

MOURA, Maria Lúcia Brito de. “O incremento da prática religiosa no interior da família. O culto pela Sagrada Família”. In: MATTOSO, José (Direção); VAQUINHAS, Irene (Coord) *História da vida privada em Portugal: A época contemporânea*. Círculo de Leitores, 2011. p. 307-309.

SANTANA, Maria Helena. *Literatura e ciência na ficção do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. p. 249.

SECCO, Antonio Luiz de Sousa Henriques (org.). *Código Penal Português*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1881. Acessível em: <https://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1267.pdf> Último acesso: 30/11/2021.

### **MINICURRÍCULO**

ELISABETH FERNANDES MARTINI é Doutora e mestre em Literatura Comparada, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do projeto Páginas Luso-Brasileiras em Movimento (UFF-RGPL) e integrante do grupo de Pesquisas Literárias Luso-Brasileiras (PLLB), do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, colabora também com os projetos Senhoras do Almanaque e Portugueses de Papel, do Grupo de Investigação Brasil-Portugal: cultura, literatura, memória (CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias). Há mais de trinta anos, atua na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, como professora de Língua Portuguesa, junto às turmas do Ensino Fundamental.